

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Imparcial

Class.: 308

Data: 28/05/92

Pg.: _____

Violência e abuso sexual

As atrocidades cometidas com os índios pela Polícia Federal de Imperatriz exibidas pela televisão não representam um quinto do que realmente aconteceu na aldeia", denunciou ontem o advogado Josemar Pinheiro, um dos visitantes da aldeia Coquinho. Os índios contaram que o massacre do seu povo foi impedido por duas crianças que conseguiram fugir e avisar José Ornilo Pereira, funcionário da Funai administrador do Posto Coquinho, e às outras aldeias da Reserva, o que levou à mobilização de aproximadamente três mil índios armados de porretes.

José Ornilo contou à Comissão de Direitos Humanos da OAB que no dia da invasão da PF à aldeia ele foi surpreendido por uma criança chegando no posto, a seis quilômetros da aldeia, e contando que estava tendo um tiroteio em Sabonete. "Quando fui avisado pela criança, que veio correndo e não conseguia mais falar,

botei meu sentido em São Pedro dos Cacetes ou em algum bêbado que foi fazer isto na aldeia, nunca teria pensado na Polícia Federal. Fui até lá com cinco crianças em cima de um tratorzinho", contou. Segundo Ornilo, quando faltava cerca de um quilômetro do local ele viu duas Toyotas e se apressou para chegar, quando viu as fardas da Polícia Federal estendidas e logo que foi visto começaram os tiros. Os policiais atiravam para cima e em direção aos pés dos índios. "As crianças estavam algemadas no chão junto com as mulheres e outros índios. Os tiros vinham por cima de nós. Quando fui falar com eles me deram ordem de prisão", relatou.

Rendição - O administrador perguntou com que autorização eles estavam na aldeia e os policiais alegaram que estavam autorizados pela Funai de Imperatriz. Quando Ornilo tentava conversar com os agentes um deles levantou a arma em sua direção, ele pediu que ele abaixasse e nesse momento os meninos que o acompanharam até Sabonete

tomaram a metralhadora do agente e outra arma que ele possuía. Os outros agentes estavam na casa do índio Leão, onde entraram, segundo o administrador, quebrando as portas e ocupando toda a casa. Das janelas eles disparavam alguns tiros. "As armas que os policiais tinham não foram entregues para nós, mas foram tomadas pelos índios, a maioria jovens, durante uma luta corporal", contou.

No seu depoimento Ornilo contou ainda que uma índia de resguardo e sua filha de apenas três dias de vida foram jogadas no chão aos empurrões, além de terem apalpadados as índias jovens e mulheres também. Os Cr\$ 5 milhões em medicamentos distribuídos nas aldeias pela Funai foram quebrados, as roupas dos índios rasgadas, entre outras atrocidades. "Quando eles conseguiram render os policiais, por volta das 10 horas, começaram um espancamento que durou três horas", disse o administrador aos advogados.

Advogados colhem depoimento de índias torturadas pela PF

Um outro depoimento contundente é o da índia Nazaré. A sua casa foi invadida pelos policiais, que colocaram um cano de revólver na sua boca; disseram que não a violentavam por que era uma índia velha; a colocaram de castigo ajoelhada sob a ameaça de colocar fogo em sua casa caso desobedecesse suas ordens; arrancaram pêlos de seus órgãos genitais e agrediram seu filho que nesse momento tentou impedir a ação dos agentes. "Eles diziam que pra índio só tem porrada, que índio não vale nada, que não respeitavam índio coisa nenhuma", disse em seu depoimento gravado pelos advogados.

Segundo os índios, a agente Maria Aparecida Jorge, 26, foi a que mais maltratou as índias e incitou os outros agentes a violentarem as índias e as apalpar. "Ela bateu nas índias com coronhadas de revólveres, as algemou e

incentivou os seus colegas a violentá-las", denunciou o advogado Josemar Pinheiro. Outro advogado que colheu depoimentos sobre a agente foi Celso Sampaio, que classificou a sua ação de audaz e lamentou que "uma funcionária paga com o dinheiro do povo se transforme num retrato vivo do descaso e do genocídio patrocinado pelo Estado (no plano Federal) às populações silvícolas", comenta em seu relatório.

Apuração - O presidente da Ordem, José Antonio Almeida e Silva, não afirma que houve intenção dos policiais em de moralizar os índios com esta invasão alegando estarem em busca de maconha. Mas ele lembra que há fatos estranhos nesse processo, pois uma ação dessa natureza demanda tempo e recursos, além de uma tramitação burocrática que permitiria tempo suficiente para comunicar à Funai. Ele lembra também que a Polícia Federal de

São Luís não foi comunicada da operação e a de Imperatriz não está autorizada a agir na área de Coquinho. "Uma operação dessas não é montada do dia para a noite, principalmente com o tanto de munição de levaram, mais que suficiente para as armas que possuíam", avaliou Almeida.

Diante dos fatos o presidente da Ordem declarou que o objetivo da entidade é buscar uma solução pacífica e urgente para o problema, bem como apurar as responsabilidades da ação policial de agentes e do delegado na aldeia Coquinho. Como solução ele só vê a indenização dos posseiros porque o povoado não tem para onde crescer e grande parte dos moradores nem trabalham lá. "Não se pode conceber um município que não cresça e nem a construção de um muro de Berlim para isolá-lo da aldeia", declarou.